



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PARECER EM CONJUNTO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2024.

ÓRGÃO ENCAMINHADOR: *Presidente da Câmara Municipal de Alcinópolis – MS.*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 01/2024

ASSUNTO: *PARECERES COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS E COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO A RESPEITO DA LEI QUE “Dispõe sobre o reajuste no Magistério do Município de Alcinópolis e dá outras providências”.*

DO RECEBIMENTO

Devidamente recebida e protocolizada com as suas formalidades, na Sessão Ordinária, o mesmo foi lido e encaminhado pelo vereador Presidente da casa à essas comissões que em razão de debates e análise vão emitir parecer conjunto.

DA ANÁLISE DO PROJETO

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei n.º 01/2024 de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tem como objeto cumprir com a determinação da Lei Federal n.º 11.738/2008, onde delimita que delimita um teto mínimo para a carreira do magistério, no caso em tela o Poder Executivo Municipal está adequando a Lei Federal concedendo reajuste de 5.% aos quadros do magistério Municipal.

A referida lei está adequando a realidade nacional junto a magistério municipal, sem ferir nenhuma norma vigente tanto no âmbito municipal bem como no âmbito estadual e nacional.

Para tanto, o referido projeto de Lei, fora encaminhado para essa Comissão de Economia e Finanças, para emissão de parecer a cerca da legalidade do referido Projeto no âmbito financeiro.

DO PARECER

O referido projeto de Lei, visa reajustar e adequar o piso nacional do magistério municipal, no percentual de 5%.

Tal atitude não traz nenhum prejuízo ao erário público, pelo contrário faz com a categoria do magistério possa prestar seu serviço com maior qualidade tendo em vista sua remuneração está dentro do piso da categoria, previsto em lei.

Quanto a alteração neste caso especifico não caracteriza descumprimento da lei de responsabilidade fiscal até porque o objetivo cumprir com a legislação federal no caso em tela a Lei Federal n.º. n.º. 11.738/2008. Agindo assim a municipalidade está cumprindo com seu papel perante a legislação vigente em nosso País.

II - CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Diante de todo o exposto, estas Comissões são do Parecer Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº. 01/2024 ora em discussão.

Salvo maior juízo, este é o nosso parecer.

Câmara Municipal, 15 de março de 2024.

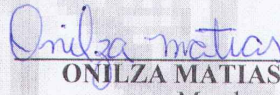
CJR: (Comissão de Justiça e Redação Final) →



ANGELO DO NICOLA
Presidente




ISABEL DO ZEZINHO
Relatora

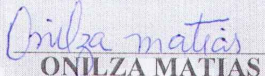


ONILZA MATIAS
Membro


CEF: (Comissão de Economia e Finanças) →



FERNANDO NICOLETTI
Presidente



ONILZA MATIAS
Relatora



PAULA DO EDIVALDINHO
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

PARECER

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 01/2024

ASSUNTO: PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

ÓRGÃO ENCAMINHADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINOPOLIS

DO PARECER PRÉVIO

Trata-se o Projeto de Lei Complementar nº. 01/2024, que tem como matéria:

“Dispõe sobre o reajuste do piso salarial do Magistério do Município de Alcinópolis – MS e dá outras providencias.”

DO RECEBIMENTO

Devidamente recebida e protocolizada com as suas formalidades, foi lido e encaminhado pelo vereador Presidente da casa à essa Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

DA ANÁLISE DO PROJETO

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei Complementar n.º 01/2024, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, visa cumprir com a Lei Federal nº. 11.738/2008, e adequar o piso do magistério municipal, mantendo assim a classe do magistério municipal dentro do piso nacional da categoria.

Tal situação é obrigatória, pela legislação vigente, conforme informações acima transcrita.

DO PARECER

O referido projeto de Lei Complementar, visa atender a obrigatoriedade da legislação federal.

Tal projeto preenche os requisitos legais, e cumpre com a determinação de lei no âmbito municipal, estadual e nacional.

II - CONCLUSÃO

hcaangela



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Diante de todo o exposto, esta Comissão é do Parecer Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº. 01/2024 ora em discussão.

Salvo maior juízo, este é o nosso parecer.

Câmara Municipal, 15 de março de 2024.

CESCA: (Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social)


GAÚCHO DA RELOJOARIA

Presidente


PAULA DO EDIVALDINHO

Relator


ROSÂNGELA CAMPOS

Membro